

Cabral terá mais 72 horas para fazer o projeto

Líderes pedem prorrogação diante do impasse sobre o sistema de governo. Relatório só dia 19

Lucena tem a receita do consenso

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Congresso Nacional, encontrou uma fórmula para resolver o impasse entre a adoção do Parlamentarismo ou a manutenção do presidencialismo na nova Constituição. O senador foi buscar o exemplo no sistema vigente no Uruguai. Sua emenda, apresentada ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, mantém o presidencialismo, mas institui a moção de censura, através da qual o Poder Legislativo poderá exonerar um ou mais ministros de Estado.

O regime alternativo proposto pelo senador guarda algumas semelhanças com o sistema parlamentarista. Pela nova fórmula, por exemplo, o Legislativo passa a influir decisivamente na ação governamental. A proposta dá ao Presidente da República o poder de dissolver a Câmara e convocar novas eleições extraordinárias na hipótese da moção de censura coletiva for aprovada pela segunda vez. O Presidente só não poderá exercer essa faculdade de dissolução da Câmara durante os últimos 12 meses de seu mandato.

Para o senador, que acredita que, pela tradição política brasileira o presidencialismo se apresenta como a forma mais adequada de governo, sua proposta tem o mérito de fugir ao radicalismo das posições extremadas. "A estabilidade de nossas instituições e o equilíbrio das relações entre os poderes depende da adoção de formas intermediárias", defende.

A moção de censura sugerida em sua emenda poderá ser individual ou coletiva. Nos casos em que atingir individualmente ou mais de um ministro, será aprovada pela maioria de dois terços dos deputados federais. Já a moção de censura coletiva, atingindo a totalidade do Ministério, dependerá do voto da maioria absoluta da Câmara Federal. A emenda diz ainda que, decretada a dissolução da Câmara, os mandatos dos deputados federais subsistirão até o dia anterior à posse dos novos eleitos.

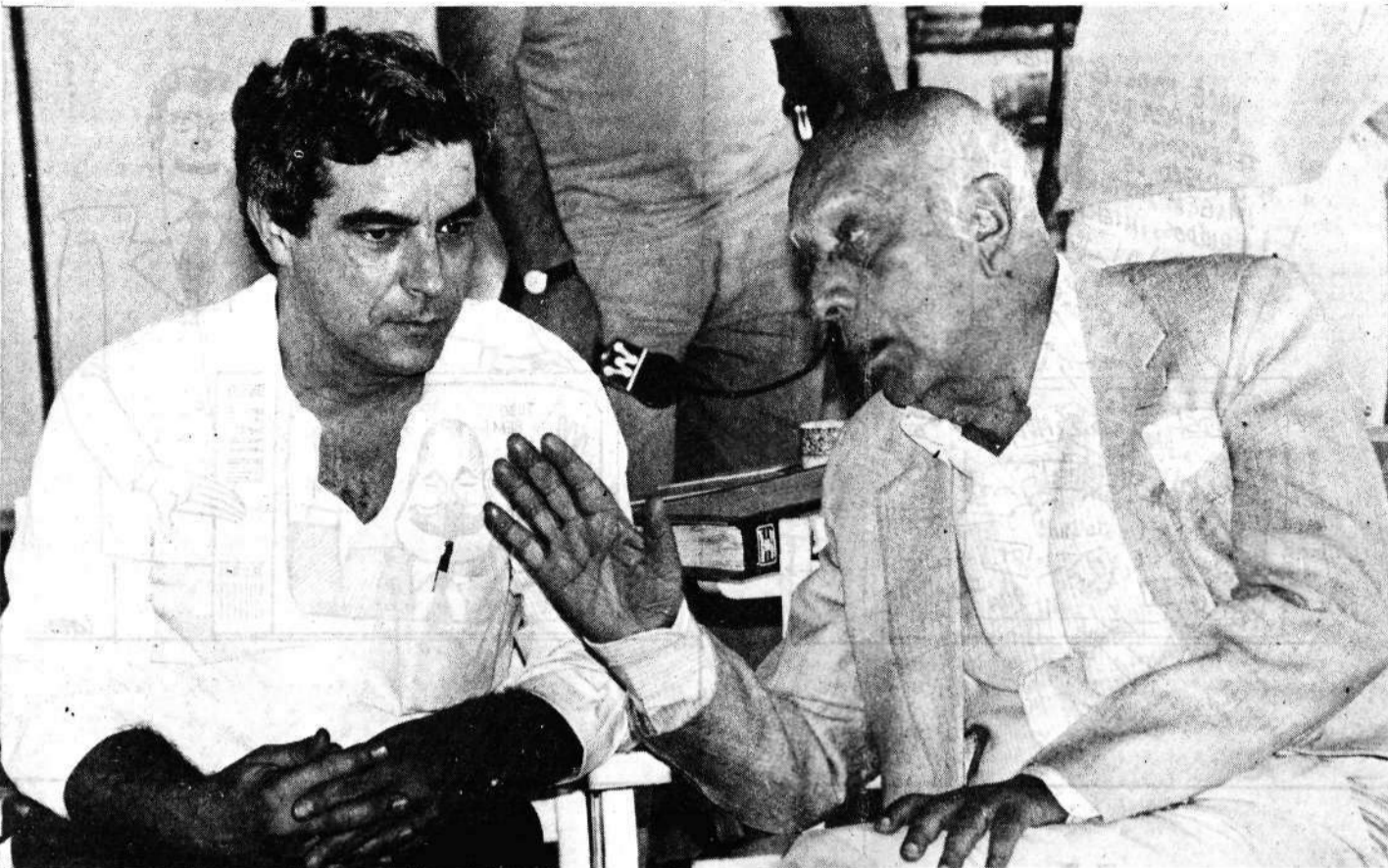
Marchezan teme um retrocesso

Porto Alegre — O ex-líder do governo João Figueiredo no Congresso Nacional, Nelson Marchezan, advertiu ontem para a possibilidade de um retrocesso político diante da falta de alternativas apresentadas pelos partidos. "Nem a oposição e nem mesmo o governo apresentam uma alternativa viável ao País, caminhando-se para uma situação de crise, correndo-se o risco de volta a excepcionalidade da ausência total de propostas que empolguem a sociedade", Marchezan teme que o País fique a mercê ou de "propostas radicais" ou de um "messias" e por isso aposta na reorganização partidária que deverá suceder a Assembleia Nacional Constituinte.

Embora permaneça filiado ao PDS, Marchezan declarou que acredita na formação de um partido de centro, em que sua atual sigla contribuirá decisivamente na formação. Ontem, Marchezan realizou uma discreta aparição na convenção municipal do partido, que se realizou também em outros 236 municípios do interior do Estado. O ex-deputado, candidato derrotado ao Senado em 1986, insiste que os partidos precisam oferecer "alternativas políticas" e terminar o atual vazio do Congresso.

— Não estou fora do PDS, mas acho que ele tem uma base excepcional para ajudar a fundar uma sigla de centro, comprometida seriamente com teses de justiça social, liberdade e alimentação para o povo.

O ex-deputado manifestou sua esperança de que a Constituinte consiga, nos próximos 60 dias, produzir uma carta que responda as esperanças sociais. Até agora, julga que o trabalho ficou aquém de todas as expectativas da sociedade, que mais uma vez sente-se frustrada. "Hoje, nem as diretas empolgam mais o povo", observa Marchezan, para quem a reforma partidária virá dar um novo alento à população que hoje praticamente descredita da política e dos políticos.



Costa Couto ouve Ulysses pela manhã e à tarde vai levar ao Presidente Sarney o resultado dos entendimentos

Emenda Carneiro une os parlamentaristas

Após quase 20 reuniões que se sucederam neste final de semana, os grupos parlamentaristas do PMDB e do PFL chegaram a um acordo sobre a fórmula de parlamentarismo a ser incluída no substitutivo do relator Bernardo Cabral: é a emenda Nelson Carneiro, com algumas modificações relativas ao papel do Presidente da República.

O acordo ainda não está completo, contudo, porque os parlamentaristas estão divididos quanto a forma de implantação do novo sistema: Os grupos do senador José Richa e do deputado Cid Carvalho defendem a tese gradualista com mandato de seis anos para o Presidente Sarney, enquanto os senadores Fernando Henrique Cardoso, José Fogaca e os demais acham que a transição deve ser feita durante o primeiro ano após a promulgação da Constituição.

— Temos medo de que um poder com previsão para desaparecer em três anos desapareça desde o início — disse Fernando Henrique, referindo-se ao gradualismo e admitindo que a tese de um mandato de seis anos não é consensual dentro do PMDB. Acrescentou ter ouvido do Presidente que este não está preocupado com sua própria posição, mas com a transição para o Brasil.

Fernando Henrique reuniu-se ontem pela manhã com o grupo parlamentarista do PMDB na residência do líder na Câmara, Luiz Henrique, onde fez um relato das reuniões anteriores com parlamentaristas do PFL, que aceitaram a unificação de todos em torno da emenda Nelson Carneiro.

O grupo que se reuniu na casa de Luiz Henrique — entre eles os senadores José Fogaca e Nelson Carneiro e o deputado Egídio Ferreira Lima — definiu-se pela proposta de que o novo sistema passe a vigorar imediatamente após a promulgação da nova Carta com uma ressalva, nas disposições transitórias, de que durante o primeiro ano o Presidente indicaria o primeiro-ministro, que não estaria sujeito a moção de censura neste período. Nas palavras de um dos deputados presentes a reunião, a ideia é "colocar na estufa" o parlamentarismo durante um ano.

Nas reuniões que tiveram com o PFL, na tarde e na noite de sábado, Fernando Henrique e os demais negociadores do PMDB sentiram que o ponto de discordância entre os parlamentaristas é a questão da implantação do novo regime.

Em reunião na casa do deputado petelista Alcei Guerra, o presidente do partido, Marco Maciel mostrou que só consideraria aceitável o parlamentarismo após o governo Sarney, segundo relato de um dos participantes. Mas o PFL tem ainda dois grupos diferentes: o de Alcei Guerra, que apóia os parlamentaristas do PMDB, e os gradualistas, representados, entre outros, pela deputada Sandra Cavalcanti.

Os parlamentaristas do PMDB acreditam que, embora exista o consenso em torno da emenda Nelson Carneiro, esta só deverá ser incluída por Cabral em seu projeto se os constituintes e o governo chegarem a um acordo sobre a forma de implantação do parlamentarismo, pois entendem que os dois acordos estão vinculados.

Há, no entanto, otimismo no grupo quanto à possibilidade de um entendimento. De acordo com o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), as negociações sobre o sistema de governo, que tinham se radicalizado muito nos últimos dias, "não só foram retomadas como se aceleraram, num clima novo."

Para Maciel, fórmula não foi aceita

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), afirmou ontem, ao sair do Palácio do Alvorada, que o presidente José Sarney ainda não acertou uma fórmula de sistema de governo com os constituintes que defendem o parlamentarismo, mas está conversando com os diversos grupos para chegar a um entendimento.

— En senti que o Presidente está querendo ouvir mais para encontrar uma saída. Não acredito que já tenha aceito alguma proposta — disse Maciel, depois de um encontro de mais de uma hora com Sarney.

Marco Maciel, que chegou sábado da Alemanha, disse ser possível chegar a um acordo em torno do sistema de governo e adiantou que depois de analisar a questão com o PFL, pretende se reunir hoje com o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães. Defensor do sistema presidencialista com o fortalecimento do Legislativo, Maciel afirmou, contudo, que está aberto ao diálogo. E frisou:

— Não quero ser contra o entendimento. Mas não se pode fazer um entendimento para produzir algo que não seja compatível com as exigências do País. Tenho receio de sairmos para uma experiência que não dê certo e, conseqüentemente, não de estabilidade ao País.

Sempre cauteloso ao tratar da questão parlamentarista, Marco Maciel disse que ouviu um relato de Sarney sobre as propostas que estão em exame entre os constituintes. Lembrou que a implantação do parlamentarismo gradual, como prevê a emenda apresentada pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), tem o sentido de "resguardar o Presidente", embora preferisse não manifestar a sua opinião antes de consultar o PFL.

DÚVIDAS — Eu quero ouvir o partido sobre isso, sem prejuízo de manter os meus pontos de vista. Sou sempre a favor da fórmula que saia do entendimento, mas tenho dúvidas se o entendimento em torno do parlamentarismo é o melhor — observou o senador.

Indagado se não seria mais conveniente para o presidente Sarney acertar a implantação do parlamentarismo já que, pelos levantamentos, a tendência parlamentarista é mais forte na Comissão de Sistematização, Maciel disse ser preciso saber, antes de mais nada, que tipo de parlamentarismo tem maioria na Comissão.

— Há tantas propostas parlamentaristas que precisamos discutir bem. E hora de a Constituinte estabelecer condições para o País consolidar as instituições — concluiu.

Ao líder do PFL, José Lourenço, a quem recebeu ontem pela manhã, Sarney disse que se as forças políticas na Constituinte reunirem-se num consenso e lhe levarem um documento sobre o sistema de governo com o qual todos concordem, vai analisá-lo.

Para Maciel, fórmula não foi aceita

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), afirmou ontem, ao sair do Palácio do Alvorada, que o presidente José Sarney ainda não acertou uma fórmula de sistema de governo com os constituintes que defendem o parlamentarismo, mas está conversando com os diversos grupos para chegar a um entendimento.

— En senti que o Presidente está querendo ouvir mais para encontrar uma saída. Não acredito que já tenha aceito alguma proposta — disse Maciel, depois de um encontro de mais de uma hora com Sarney.

Marco Maciel, que chegou sábado da Alemanha, disse ser possível chegar a um acordo em torno do sistema de governo e adiantou que depois de analisar a questão com o PFL, pretende se reunir hoje com o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães. Defensor do sistema presidencialista com o fortalecimento do Legislativo, Maciel afirmou, contudo, que está aberto ao diálogo. E frisou:

— Não quero ser contra o entendimento. Mas não se pode fazer um entendimento para produzir algo que não seja compatível com as exigências do País. Tenho receio de sairmos para uma experiência que não dê certo e, conseqüentemente, não de estabilidade ao País.

Sempre cauteloso ao tratar da questão parlamentarista, Marco Maciel disse que ouviu um relato de Sarney sobre as propostas que estão em exame entre os constituintes. Lembrou que a implantação do parlamentarismo gradual, como prevê a emenda apresentada pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), tem o sentido de "resguardar o Presidente", embora preferisse não manifestar a sua opinião antes de consultar o PFL.

DÚVIDAS — Eu quero ouvir o partido sobre isso, sem prejuízo de manter os meus pontos de vista. Sou sempre a favor da fórmula que saia do entendimento, mas tenho dúvidas se o entendimento em torno do parlamentarismo é o melhor — observou o senador.

Indagado se não seria mais conveniente para o presidente Sarney acertar a implantação do parlamentarismo já que, pelos levantamentos, a tendência parlamentarista é mais forte na Comissão de Sistematização, Maciel disse ser preciso saber, antes de mais nada, que tipo de parlamentarismo tem maioria na Comissão.

— Há tantas propostas parlamentaristas que precisamos discutir bem. E hora de a Constituinte estabelecer condições para o País consolidar as instituições — concluiu.

Ao líder do PFL, José Lourenço, a quem recebeu ontem pela manhã, Sarney disse que se as forças políticas na Constituinte reunirem-se num consenso e lhe levarem um documento sobre o sistema de governo com o qual todos concordem, vai analisá-lo.

A separação dos poderes

VICTOR FACCIANI (*) Especial para o CORREIO

A imprensa noticiou que o procurador-geral da República, dr. Saulo Ramos defende arduamente o presidencialismo dada a necessidade de manutenção da separação dos poderes, que diz ser "base da democracia". Ledo engano de sua excelência, o senhor procurador.

A tese da separação dos poderes foi de há muito sepultada pelas democracias modernas, pois é exatamente a separação dos poderes que promove a divisão, irresponsabilidade, o confronto, e a impunidade, anulando os esforços de cada um ao invés de congregá-los em benefício da Pátria, do interesse comum.

Disse, textual e equivocadamente o senhor procurador-geral da República: "O que não podemos aceitar é essa aberração de transformar o Legislativo em Executivo, negando a separação dos poderes, base da democracia".

Dois incontáveis aspectos negativos do sistema presidencialista, ressaltam a sua própria origem que se fundamenta na doutrina da separação dos poderes, ficando confor-

so o Poder Executivo governar, e ao Poder Legislativo legislar. (Pior ainda quando pode legislar apenas sobre algumas matérias). Não prospera mais, hoje em dia, como sustentável, entre os cientistas políticos a tese da divisão dos poderes. São incontáveis os que repletem este princípio: MAURICE DUVERGER, HAROLD LASKI, LEON BLUM, entre outros nos ensinam que: — "O princípio da separação dos poderes, em sua forma externa, não pode assentar como base de nenhuma organização política concreta". — A estrita separação dos poderes não só é impraticável como um princípio de atuação no Governo, senão que não é de desejar, na prática. — "A separação dos poderes corrói a responsabilidade ao dividi-la". — "Historicamente os regimes de separação de poderes funcionam a maior parte das vezes muito mal". — "A teoria da separação dos poderes é uma teoria elaborada por juristas, em uma época em que o Poder Executivo era um dado preexistente, um dado de fato com o qual era preciso contar". — "Em regime democrático o dogma da separação dos poderes, no qual se refere ao Legislativo e Executi-

vo, não passa de uma simples ficção".

Cristalina, pois, a constatação de que a divisão formal dos poderes não tem proporcionado nenhuma vantagem e nenhum resultado eficiente como instituto e prática governativa. Trata-se de uma verdade consagrada universalmente e fundada na lição dos melhores mestres da ciência jurídica e da ciência política. Só o parlamentarismo permite a modificação de uma fórmula comprovadamente superada. E a melhor oportunidade para tal decisão é na Constituinte!

Digo mais, será jogar fora rara oportunidade histórica, se os constituintes deixarem de fazê-lo.

Uma das características mais positivas do sistema parlamentar é a de ensinar a cooperação, a harmonia; a colaboração, a convergência, e a congregação de todos os ramos do Poder num só sentido: o do bem coletivo. Ao contrário pois da separação dos poderes referida pelo dr. Saulo Ramos, procurador-geral da República.

* Deputado pelo PDS gaúcho, parlamentarista

O deputado Ulysses Guimarães vai conceder mais 72 horas de prazo para a apresentação do substitutivo do deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte, em virtude da dificuldade de entendimento entre os grupos em torno do sistema de governo, da reforma agrária e outros pontos polêmicos do projeto da nova Carta. Em reunião que promoveu em sua casa com alguns líderes partidários, Ulysses recebeu ontem nesse sentido, prometendo estudá-lo com carinho. Ao que se informa, ele já teria concordado.

Cabral terá até o dia 19 para entregar seu parecer, que manterá a atual fórmula de parlamentarismo misto, caso os grupos não cheguem a um entendimento sobre o sistema de governo. Segundo informou ontem o relator, após reunir-se com Ulysses, há grandes chances de o parlamentarismo ser implantado.

No encontro na casa de Ulysses, um dos muitos ontem realizados na cidade, discutiu-se principalmente a mudança no sistema de governo, em busca de uma solução que seja aceita por todos os grupos. Há pelo menos dez fórmulas diferentes em estudo. O senador José Richa, na reunião, observou que todos devem estar conscientes de que a adoção do

parlamentarismo implica implantação do voto distrital e a possibilidade de dissolução do parlamento, em caso de impasse na nomeação do primeiro-ministro. E a tese do presidente Sarney: de que, se vier, o sistema parlamentarista deve ser puro.

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, também esteve o dia reunido com seus liderados.

Com o adiamento do prazo o que se pretende, segundo Marco Antonio Maciel, é "ampliar o tempo das negociações, o que é muito bom porque quanto mais se conversa mais chances se tem de se chegar a um entendimento".

SARNEY

Um importante político que esteve ontem com o presidente José Sarney, afirmou que não procedem as versões segundo as quais o Presidente estaria disposto a negociar uma fórmula parlamentarista. "O presidente Sarney está conversando com todo mundo mas isso não significa que tenha alterado sua posição. Ele defende, e lutará até o fim por um sistema com um núcleo nítido de poder, com o Legislativo e Judiciário fortes. Ou seja, por um presidencialismo moderno equitativo", esclareceu a fonte.

Couto: Sarney quer o presidencialismo

O presidente José Sarney só aceitará o Parlamentarismo se for convencido "por argumentos irrefutáveis" de que será o melhor sistema para o país, o que não aconteceu até o momento. O recado foi dado ontem no fim da tarde pelo ministro chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, após reunião com o presidente no Palácio da Alvorada, quando lhe fez um relato da evolução da discussão sobre o assunto durante o domingo. Por enquanto, o presidente Sarney continua firme na posição de influenciar o sentido de que se aprove o sistema de sua preferência, que é o presidencialismo não imperial com o Congresso forte, sem abrir mão sob qualquer hipótese do mandato de 5 anos.

— Mesmo que não haja o acordo, vamos lutar para influenciar em favor das teses que defendemos, o que o governo acredita, que é legítimo — afirmou categórico Costa Couto. Deixemos de hipocrisia. Imperdoável seria se o presidente se omitisse em questões tão graves para o Brasil. Neste País não há mais espaço para mentiras, o governo está trabalhando mesmo, está atuando com todo respeito à soberania da Constituinte" — acentuou.

O ministro Costa Couto revelou que o Presidente José Sarney reconhece que existe um quadro de entendimento entre as duas correntes na Constituinte, mas ele está se complicando pela multiplicidade de propostas parlamentaristas levadas a seu conhecimento até agora, 12 ao todo. Mesmo tendo estudado e analisado detalhadamente cada uma, não se identificou com nenhuma. A única que tem a sua simpatia até agora é a emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB/SP), que propõe a manutenção do presidencialismo com o fortalecimento do Congresso.

A nível de sua preferência, de acordo com Costa Couto, o presidente Sarney não considerou qualquer proposta parlamentarista e reclamou da quantidade de propostas existentes. "Os próprios parlamentaristas, ortodoxos ou não, ainda não se entenderam até agora", justificou o ministro chefe do Gabinete Civil.

O presidente José Sarney

José Lourenço não espera por acordos

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), já está cansado das conversações e articulações em torno do sistema de governo. Para ele, a questão será decidida no voto, até porque os entendimentos não estão dando resultado. Mesmo assim, Lourenço decidiu procurar os líderes do PDT e do PT, partidos que votarão no presidencialismo, para uma conversa.

Deixando preocupados vários parlamentares, Lourenço revelou ontem ser total-

mente contrário à redução da aposentadoria da mulher para os 25 e homem aos 30 anos, como está sendo proposto. Ele não concorda, também, em que a idade mínima de aposentadoria seja de apenas 53 anos, que considera muito baixa.

— Que nós temos de ver não é a repercussão política, mas o interesse público. O Brasil não pode ficar com milhões de aposentados quando podiam trabalhar. O pior é que eles receberão mal e diminuirão as aposentadorias" — comentou.

— Mesmo depois de semanas de negociações e articulações intensas sobre o sistema de governo deverá constar no substitutivo do relator Bernardo Cabral, Sarney continua irredutível na posição de não aceitar o parlamentarismo no lugar do presidencialismo. Ele insiste nesta defesa por considerar que o presidencialismo é o único sistema já testado com sucesso no Brasil no governo Dutra, nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, no de Juscelino Kubitschek e até nos primeiros anos de seu governo, de acordo com Costa Couto.

Criticando a falta de objetividade dos defensores do parlamentarismo, o chefe do Gabinete Civil garantiu que o presidente José Sarney continua aberto ao entendimento e ao diálogo e procurará intensificar as conversações neste sentido. "Como na proposta Theodoro Mendes, que é clara e objetiva, o presidente entende que o presidencialismo com Congresso forte é que melhor convém ao país. Em política, é preciso se concentrar sempre no substitutivo, mas não podemos nos esquecer de uma coisa inerente à democracia que se chama voto", disse Costa Couto, argumentando que o governo não correrá o risco de estar incorrendo em uma intromissão ao defender os seus interesses, porque a Constituinte é que irá decidir a questão, no voto.

— Ainda virão novas etapas de negociação, mas pelo menos até agora ninguém convenceu o presidente José Sarney de que o melhor sistema de governo para o Brasil não seja o Presidencialismo — reafirmou Costa Couto, prevenido as dificuldades de se chegar a um acordo sobre o assunto.



Na maior das dezenas de reuniões, ministros e parlamentares discutiram a reforma tributária e as finanças na futura Carta